

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Na Assembléia Ordinária da Unimed Ceará realizada nesta data, 25 de janeiro de 2019, concernente as ações executadas em 2018, consta na ordem do dia, além das exigências legais, propostas para a criação de um fundo de sinistralidade e ações para reduções de custos, tanto assistenciais como administrativos.

Nas projeções feitas no início de 2018, as metas atingidas foram aquém do esperado. É salutar analisarmos o cenário de uma forma holística, a fim de que o planejamento 2019 tenha bases sólidas, com metas que correspondam à realidade.

Vários fatores contribuíram para o aumento dos custos assistenciais em todo o país. Ressaltamos o perfil epidemiológico com preponderância das doenças crônicas não transmissíveis, concomitantemente com as doenças infecto-contagiosas. Observamos também a acentuada urbanização brasileira, inovações tecnológicas com uso excessivo, aumento da violência, judicialização da saúde e expectativa de vida felizmente crescente.

Todos esses fatores adicionam custos tanto ao Poder Público, Medicina Supletiva e Particular.

Nesta avaliação constatamos que o número de beneficiários de plano de saúde no Brasil teve uma diminuição de aproximadamente 3,5 milhões de beneficiários, com enormes prejuízos para a Medicina Supletiva e sobrecarga às Unidades de Saúde Pública.

No que concerne ao Sistema Nacional Unimed, há 10 anos estacionamos em 17 milhões de beneficiários, diminuição da percepção da população a imagem do Sistema Unimed e menor interesse dos novos médicos a se cooperarem.

São desafios que nos convocam à reflexões e ações que revertam essas tendências no contexto das Operadoras de Planos de Saúde. Deparamo-nos com o crescimento de operadoras concorrentes, principalmente aquelas que verticalizaram o acesso às suas Unidades de Saúde e inovando no Atendimento Personalizado à Saúde. Precisamos de ações concretas na revisão do nosso Modelo Assistencial. Propostas contidas nas medidas para reduções de custos fixos e Planejamento para 2019, consistindo em avaliar os nossos serviços próprios locais, suas necessidades e investimentos em novas unidades ou ampliações das existentes, para facilitar o acesso dos nossos beneficiários e prover de serviços com melhor Resolubilidade Médica. Todas essas propostas necessitam o engajamento dos Dirigentes Estaduais, Colaboradores, Empresas Contratantes e Beneficiários.

Em nome da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo do Sistema Estadual Unimed, agradeço o apoio de todos e conclamo manter esta Unidade Política, para atender às expectativas dos beneficiários que acreditam no Sistema Unimed.

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
	<u>Explicativa</u>		
ATIVO CIRCULANTE			
Disponível	4	1.819.246,08	610.617,68
Realizável		76.594.946,26	86.351.678,12
Aplicações Financeiras	5	54.403.916,52	64.504.962,11
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		30.406.885,00	28.898.434,68
Aplicações Livres		23.997.031,52	35.606.527,43
Créditos de Operações c/Plan. de Assist. à Saúde		18.559.999,84	17.140.642,11
Contraprestação Pecuniária a Receber	6	7.794.113,62	12.361.503,32
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	7	10.765.886,22	3.922.467,48
Outros Cred.de Oper.c/Plano de Assist. à Saúde		-	856.671,31
Créditos de Operações de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		1.763.092,15	2.529.522,06
Créditos Tributários e Previdenciários	8	1.098.830,76	679.668,17
Bens e Títulos a Receber		769.106,99	1.496.883,67
Total do Ativo Circulante		78.414.192,34	86.962.295,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9		
Realizável a Longo Prazo	9.1	2.899.434,49	1.062.987,06
Depósitos Judiciais e Fiscais		2.754.881,66	918.434,23
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		144.552,83	144.552,83
Investimentos	9.2	12.468.978,30	11.415.873,80
Outros Investimentos		12.468.978,30	11.415.873,80
Imobilizado	9.3	12.116.910,57	10.801.349,65
Imóveis de Uso Próprio		8.095.344,98	6.136.537,66
Imóveis - Não Hospitalares		8.095.344,98	6.136.537,66
Imobilizado de Uso Próprio		3.614.526,92	4.314.885,72
Não Hospitalares		3.614.526,92	4.314.885,72
Outras Imobilizações		407.038,67	349.926,27
Intangível	9.4	743.989,88	1.956.679,47
Total do Ativo Não Circulante		28.229.313,24	25.236.889,98
TOTAL DO ATIVO		106.643.505,58	112.199.185,78

Publicação das Demonstrações Financeiras em conjunto com Relatório de Auditores Independentes e Relatório da Administração, conforme RN Nº 435/2018 ANS, Anexos - Capítulo I - Normas Gerais - Item 6.3

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Valores expressos em reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
	Explicativa		
PASSIVO CIRCULANTE			
Provisões Técnicas de Oper. de Assist. à Saúde	10	23.986.713,63	30.491.387,82
Provisão de Prêmios/Contraprest. Não Ganha		4.159.419,86	5.663.142,82
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar p/SUS		955.808,84	1.187.055,90
Provisão de Eventos a Liquidar para outros			
Prestadores de Serviços Assistenciais		11.566.924,71	18.182.309,68
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados		7.304.560,22	5.458.879,42
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		9.948.931,44	7.533,20
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		9.917.434,78	-
Outros Débitos Oper. de Plan. Assist. à Saúde		31.496,66	7.533,20
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		184.976,58	232.406,99
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	11	1.062.120,67	1.233.544,30
Débitos Diversos	12	2.076.448,01	2.410.153,32
Conta Corrente de Cooperados		873.203,11	800.000,00
Total do Passivo Circulante		38.132.393,44	35.175.025,63
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	13	114.572,27	113.660,99
Provisões Judiciais		1.104.722,04	804.773,24
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		2.000.000,00	-
Débitos Diversos		5.635.748,88	5.020.006,19
Total do Passivo Não Circulante		8.855.043,19	5.938.440,42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	14	2.086.471,66	2.086.471,66
Reservas	14.1	65.940.649,53	53.932.555,24
Reservas de Sobras	14.2	65.940.649,53	53.932.555,24
Resultado		(8.371.052,24)	15.066.692,83
Total do Patrimônio Líquido		59.656.068,95	71.085.719,73
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		106.643.505,58	112.199.185,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Planos de Assistência à Saúde	208.183.827,72	274.241.215,68
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	209.380.654,80	276.837.410,02
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde	(1.196.827,08)	(2.596.194,34)
Eventos Indenizáveis Líquidos	(136.668.029,95)	(189.337.716,02)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(134.822.349,15)	(188.457.872,11)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e não Avisados	(1.845.680,80)	(879.843,91)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	71.515.797,77	84.903.499,66
Receitas de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	24.586.480,79	22.027.228,80
Receitas com Operações de Assist.Médico/Hospitalar	24.586.480,79	22.027.228,80
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	(12.219.463,88)	(12.337.973,52)
Outras Despesas de Oper. Planos Assist.à Saúde	(7.821,27)	(65.012,66)
Programa de Promoção à Saúde e Prev. De Riscos e Doenças	(1.764.350,38)	(343.662,36)
Provisao para Perdas sobre Créditos - PPSC	(10.447.292,23)	(11.929.298,50)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	(35.088.328,53)	(23.931.246,95)
RESULTADO BRUTO	48.794.486,15	70.661.507,99
Despesas de Comercialização	(8.143.264,21)	(8.574.407,73)
Despesas Administrativas	(52.878.795,02)	(48.323.369,94)
Resultado Financeiro Líquido	4.729.053,38	5.069.220,38
Receitas Financeiras	5.971.710,21	6.351.071,68
Despesas Financeiras	(1.242.656,83)	(1.281.851,30)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(7.498.519,70)	18.832.950,70
Imposto de Renda	(635.215,09)	(807.933,62)
Contribuição Social	(237.317,45)	(299.496,10)
RESULTADO LÍQUIDO	(8.371.052,24)	17.725.520,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2018	31/12/2017
Recebimento de Planos de Saúde	287.549.040,65	335.219.689,48
Resgate de Aplicações Financeiras	193.677.345,89	261.345.638,33
Recebimento de Juros de Aplicação Financeira	3.528.087,09	4.713.054,11
Pagamento a Prestadores de Serviço de Saúde	(171.128.823,97)	(239.378.777,25)
Pagamento de Pessoal	(10.076.343,33)	(9.636.523,21)
Pagamento de Produção Especial	(4.711.159,26)	(4.043.883,60)
Pagamento de Comissões	(8.031.619,95)	(8.574.407,73)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(51.368.441,52)	(38.349.026,73)
Pagamento de Tributos	(8.031.619,95)	(8.172.610,16)
Pagamento de Aluguel	(28.431,02)	(26.034,50)
Pagamento de Promoção e Publicidade	(1.378.004,68)	(2.077.130,27)
Aplicações Financeiras	(206.137.284,98)	(276.057.940,09)
Outros Pagamentos Operacionais	(18.856.680,30)	(12.571.345,22)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	5.006.064,67	2.390.703,16
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado	(2.835.964,30)	(2.107.096,50)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(2.835.964,30)	(2.107.096,50)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamentos	(849.827,71)	(768.101,00)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	(849.827,71)	(768.101,00)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	1.208.628,40	(487.494,34)
CAIXA- Saldo Inicial	610.617,68	1.098.112,02
CAIXA- Saldo Final	1.819.246,08	610.617,68
Ativos Livres no Início do Período	36.217.145,11	10.613.026,10
Ativos Livres no Final do Período	25.816.277,60	36.217.145,11
Aumento (Redução) nas Aplicações Financeiras- Recursos Livres	(10.400.867,51)	25.604.119,01

Publicação das Demonstrações Financeiras em conjunto com Relatório de Auditores Independentes e Relatório da Administração, conforme RN Nº 435/2018 ANS, Anexos - Capítulo I – Normas Gerais - Item 6.3

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**
(Valores expressos em reais)

	Capital Social	Reservas de Sobras	Sobras acumuladas	Total
SALDOS EM 31/DEZEMBRO/2016	2.086.471,66	37.450.103,73	14.145.558,27	53.682.133,66
Utilização de Reservas				
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social-FATES		(321.934,91)		(321.934,91)
Resultado Líquido do Exercício			17.725.520,98	17.725.520,98
Destinações aprovadas no Exercício				
Fundo de Reserva		1.772.552,10	(1.772.552,10)	-
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social		886.276,05	(886.276,05)	-
Constituição de reserva para contingências		14.145.558,27	(14.145.558,27)	-
SALDOS EM 31/DEZEMBRO/2017	2.086.471,66	53.932.555,24	15.066.692,83	71.085.719,73
Utilização de Reservas				-
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social-FATES		(399.770,39)		(399.770,39)
Resultado Líquido do Exercício			(8.371.052,24)	(8.371.052,24)
Destinações aprovadas no Exercício				
Utilização de reservas para contingências		(2.000.000,00)		(2.000.000,00)
Distribuição de sobras a singulares			(658.828,15)	(658.828,15)
Constituição de reserva para contingências		14.407.864,68	(14.407.864,68)	-
SALDOS EM 31/DEZEMBRO/2018	2.086.471,66	65.940.649,53	(8.371.052,24)	59.656.068,95

Publicação das Demonstrações Financeiras em conjunto com Relatório de Auditores Independentes e Relatório da Administração, conforme RN Nº 435/2018 ANS, Anexos - Capítulo I – Normas Gerais - Item 6.3

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

1- Contexto Operacional

A Unimed do Ceará tem por objetivo principal a congregação dos integrantes da profissão médica para a sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades profissionais e a prestação dos serviços relativos à assistência médico-hospitalar aos usuários de seus planos de saúde. É regida pela Lei 5764 de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o Sistema Cooperativista do País, regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

2- Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76 e alterações posteriores, com observância da Lei do Cooperativismo nº 5.764/71, normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em consonância com o Plano de Contas Padrão das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - OPS estabelecido na Resolução normativa RN nº 290, e alterações posteriores.

3- Principais Práticas Contábeis Adotadas

3.1-Apuração do Resultado

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido são apropriadas pró-rata dia do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços

As despesas com os eventos/sinistros conhecidos ou avisados são apropriados considerando-se a data da apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores ou do Aviso de Beneficiários Identificados – ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA.

3.2-Uso de Julgamento, Estimativas e Premissas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da OPS faça julgamentos e estimativas, e adote premissas que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos significativos, que incluem a provisão para perdas sobre créditos, provisões técnicas, e a provisão e divulgação de passivos contingentes. Os resultados efetivos envolvendo essas premissas podem ser diferentes dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Publicação das Demonstrações Financeiras em conjunto com Relatório de Auditores Independentes e Relatório da Administração, conforme RN Nº 435/2018 ANS, Anexos - Capítulo I – Normas Gerais - Item 6.3

3.3-Disponível

As disponibilidades da entidade são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. São considerados como disponível os recursos em espécie e os depósitos bancários à vista.

3.4- Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras compreendem investimentos em títulos de renda fixa demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e não excedem ao valor de mercado.

3.5- Contas a Receber

As contas a receber representam créditos relacionados com a prestação de serviços médico hospitalar, realizados em conformidade com as condições estabelecidas em contratos de planos coletivos e individuais, registrados no balanço pelo valor nominal, em contrapartida com a conta de receita de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos – PPSC é constituída nas eventuais perdas das contas a receber, considerando os riscos envolvidos, conforme determina a RN nº 184, e alterações posteriores.

3.6-Redução do Valor Recuperável de Ativos Financeiros

A OPS avalia no final de cada exercício social se existe alguma evidência objetiva de perdas não recuperável de um ou mais ativos financeiros e, quando aplicável, efetua os ajustes.

3.7-Investimentos

Os investimentos efetuados em Operadoras de Planos de Assistência à saúde e outras Sociedades são avaliados ao custo de aquisição.

3.8-Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção, líquidos de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada sobre o custo, pelo método linear, com base nas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada dos bens.

3.9-Intangível

Ativos intangíveis com vida útil determinada são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos de amortizações acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda com redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.10-Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Publicação das Demonstrações Financeiras em conjunto com Relatório de Auditores Independentes e Relatório da Administração, conforme RN Nº 435/2018 ANS, Anexos - Capítulo I – Normas Gerais - Item 6.3

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício.

3.11- Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores correspondem a obrigações contraídas por conta de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da entidade, sendo registradas no passivo circulante em função da liquidação ocorrer no prazo de até um ano.

3.12-Provisões Técnicas de Operação de Assistência à Saúde

Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - é apropriada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebida pela operadora e o ressarcimento ao SUS, em atendimento à RN ANS 209/09, e alterações posteriores.

Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA - é constituída com base em metodologia estabelecida pela RN ANS nº 209/09, e alterações posteriores, ou metodologia própria diferenciada, quando necessário, consubstanciada em nota técnica atuarial de provisão - NTAP.

3.13-Provisão para Contingências

As provisões para contingências conhecidas na data do balanço são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração da OPS e de seus assessores legais.

3.14-Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos correspondentes.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data de encerramento do balanço patrimonial.

4- Disponível

Descrição	2018	2017
Caixa geral	2.123,15	0,47
Bancos conta movimento:	1.817.122,93	610.617,21
Sicred do Cariri	43.261,75	34.020,57
Banco Itaú cc 50544-6	452.127,13	-
Sicred de Crateús	13.202,50	24.885,10
Bradesco	-	346.644,40
Sicred Ceará Centro Norte	93.116,00	133.504,46
Banco Itaú cc 1652-7	1.215.415,55	71.562,68
Total	1.819.246,08	610.617,68

Caixa

O saldo dessa conta corresponde aos numerários em espécie mantidos pela entidade para pagamentos de pequeno valor no cotidiano.

Bancos Conta Movimento

Esse grupo de contas é composto pelas contas correntes de livre circulação mantidas com instituições bancárias.

5- Aplicações Financeiras

Descrição	2018	2017
Aplicações Garantidoras a provisões Técnicas	30.406.885,00	28.898.434,68
Sicred cc 3040-6	7.534.106,98	7.165.702,23
Banco Itaú RF	8.009.628,50	7.618.862,20
Banco Santander-SAÚDE ANS cont 130070675	14.863.149,52	14.113.870,25
Aplicações Livres	23.997.031,52	35.606.527,43
BIC Banco Aplicações	984.609,59	946.084,72
Sicred Ceará	7.984.635,85	23.114.797,89
Banco do Brasil	297.783,94	264.879,16
Sicred Crateús	7.111.473,68	6.551.230,17
Bradesco cc 236-4	453.001,08	1.722.497,03
Banco Santander	13.290,09	2.304.229,13
Banco Itaú	7.113.566,93	687.104,69
Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal	38.670,36	15.704,64
Total	54.403.916,52	64.504.962,11

6- Contraprestações Pecuniárias a Receber

Descrição	2018	2017
Mensalidades a receber	27.262.976,44	13.531.390,58
Faturas a receber	17.422.448,65	20.159.481,87
	44.685.425,09	33.690.872,45
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(36.891.311,47)	(21.329.369,13)
Total	7.794.113,62	12.361.503,32

Esse grupo de contas corresponde a créditos a receber decorrentes de contratos de planos de saúde individuais (pessoas físicas) e coletivos (pessoas jurídicas), deduzidos da provisão para perdas sobre créditos, conforme determina as resoluções e instruções da ANS.

7- Operadoras de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2018	2017
Hospital Vale do Jaguaribe	3.379.535,95	514.854,45
Policlínica do Pecém	4.792.350,27	3.407.613,03
Ceará Saúde Participações	2.594.000,00	-
Total	10.765.886,22	3.922.467,48

Os créditos descritos conforme quadro acima correspondem a serviços de assistência médico-hospitalar prestados a usuários de planos de saúde na modalidade de contraprestação de co-responsabilidade assumida.

8- Créditos Tributários e Previdenciários

Descrição	2018	2017
IRRF sobre aplicações financeiras	467.292,86	467.292,86
PIS e COFINS	278.041,40	187.689,36
IR estimativa	353.496,50	24.685,95
Total	1.098.830,76	679.668,17

Esse grupo de contas está composto de impostos e contribuições sociais retidos na fonte, decorrentes de aplicações financeiras e de faturas emitidas para usuários de planos de saúde coletivos (pessoas jurídicas).

9- Ativo Não Circulante

9.1-Realizável a Longo Prazo

Descrição	2018	2017
Depósitos Judiciais-Eventos Sinistros a Liquidar	114.572,27	113.660,99
Depósitos Judiciais-Tributos	1.535.587,35	-
Taxa de Saúde Suplementar	1.104.722,04	804.773,24
Unimed Aracati	144.552,83	144.552,83
Total	2.899.434,49	1.062.987,06

Os créditos considerados realizáveis a longo prazo, conforme demonstrado acima, correspondem basicamente a depósitos judiciais relativos a questionamentos de usuários de planos de saúde, questionamentos tributários e de taxa de saúde suplementar junto à ANS.

9.2-Investimentos

Descrição	2018	2017
Sicred Fortaleza	501.487,07	496.687,07
Unimed Norte Nordeste	229.773,27	229.773,27
Sicred do Cariri	202.945,63	193.534,45
Sicred Regional de Crateús	720.867,36	720.627,36
Unimed do Brasil	515.229,02	919.155,46
Policlínica Pecém Ltda	-	1.800.000,00
Sicred Central Norte Nordeste	204.411,73	204.411,73
Ceará Saúde Participações S.A.	9.900.000,00	6.662.000,00
Outros	194.264,22	189.684,46
Total	12.468.978,30	11.415.873,80

O grupo de contas descrito conforme demonstrado no quadro acima corresponde a investimentos mantidos em operadoras de planos de assistência à saúde, em rede de assistência não hospitalar e outras participações minoritárias.

9.3 Imobilizado

Descrição	Custo	(-)Depreciação	2018	2017
			Líquido	Líquido
Imóveis	9.372.650,14	1.277.305,16	8.095.344,98	6.136.537,66
Instalações	1.104.818,10	557.947,95	546.870,15	637.754,67
Máquinas e equipamentos	460.048,69	309.038,41	151.010,28	142.817,94
Informática	5.973.727,00	4.007.481,00	1.966.246,00	2.576.945,91
Móveis e utensílios	1.683.512,78	740.142,29	943.370,49	945.897,20
Veículos	22.200,00	15.170,00	7.030,00	11.470,00
Outras imobilizações	1.840.362,41	1.433.323,74	407.038,67	349.926,27
Total	20.457.319,12	8.340.408,55	12.116.910,57	10.801.349,65

9.4 Intangível

Descrição	Custo	(-)Amortização	2018	2017
			Líquido	Líquido
Aquisição de carteira de OPS	5.355.013,48	4.641.011,68	714.001,80	1.785.004,49
Gastos c/promoção prev.saúde	708.434,52	678.446,44	29.988,08	171.674,98
Outros intangíveis	399.970,82	399.970,82	-	-
Total	6.463.418,82	5.719.428,94	743.989,88	1.956.679,47

10. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Descrição	2018	2017
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha	4.159.419,86	5.663.142,82
Provisão de sinistros a liquidar para o SUS	955.808,84	1.187.055,90
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	11.566.924,71	18.182.309,68
Rede contratada credenciada	7.906.188,94	13.675.398,41
Intercâmbio	3.660.735,77	4.506.911,27
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	7.304.560,22	5.458.879,42
Total	23.986.713,63	30.491.387,82

Foram constituídos ativos garantidores em montante suficiente para lastrear as provisões técnicas, em conformidade com os regramentos da Resolução Normativa ANS RN nº 159 de 04 de julho de 2007, e alterações posteriores.

11. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

Descrição	2018	2017
INSS	393.188,31	372.778,57
FGTS	90.189,68	85.087,48
PIS folha de pagamento	14.867,73	13.793,85
IRRF	352.085,32	324.174,64
ISS	92.696,00	69.980,44
COFINS	25.384,37	221.898,88
PIS	4.124,96	36.058,57
Csl/Pis/Cofins	83.457,74	36.145,60
Outros	6.126,56	6.670,78
Total	1.062.120,67	1.166.588,81

12. Débitos diversos

Descrição	2018	2017
Férias e encargos sociais	1.161.858,89	1.184.427,83
Fornecedores	582.542,31	1.056.543,31
Outros	332.046,81	169.182,18
Total	2.076.448,01	2.410.153,32

13. Passivo Não Circulante

Descrição	2018	2017
Provisões técnicas de operações assist. à saúde	114.572,27	113.660,99
Provisões para ações judiciais	1.104.722,04	804.773,24
Imposto sobre serviço a pagar - ISS	2.000.000,00	-
Fundo de remoção aeromédica	1.593.598,32	1.769.556,27
Fundo de assistência complementar	4.042.150,56	3.250.449,92
Total	8.855.043,19	5.938.440,42

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 2.086.471,66, respectivamente, composto de quotas-partes indivisíveis distribuídas entre os associados da Sociedade Cooperativa.

14.2 Reservas de Sobras

Descrição	2018	2017
Reserva Legal	9.122.600,23	9.522.370,62
Fundo de Reserva	7.490.991,13	7.490.991,13
Fundo de assistência técnica educacional e social	1.631.609,10	2.031.379,49
Reservas para contingências	56.818.049,30	44.410.184,62
Total	65.940.649,53	53.932.555,24

Fundo de Reserva – Constituída conforme Art. 28, Inciso I, da Lei nº 5.764/71, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituída com 10% das sobras líquidas apuradas do exercício

Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – Constituído em conformidade com o Art. 28, Inciso II, da Lei 5.764/71, destinado para a prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos empregados da cooperativa, constituída de 5% das sobras líquidas apuradas no exercício.

Reservas para Contingências – Constituída em conformidade com o Art. 28, Inciso I, com o objetivo de se resguardar de fatos futuros previsíveis, porém incertos.

15. Distribuição dos Saldos - Eventos Médico Hospitalares/Assistência Médico-Hospitalar

Descrição	Consultas	Exames	Terapias	Internações	Outras despesas	Total
Rede contratada	6.508.602,21	5.408.270,65	764.587,54	3.596.410,60	3.948.374,15	20.226.245,15
Reembolso	150.220,70	62.379,64	394.487,91	-	1.219.701,98	1.826.790,23
Intercâmbio eventual	21.749.455,93	35.868.424,60	-	-	53.010.819,55	110.628.700,08
Total	28.408.278,84	41.339.074,89	1.159.075,45	3.596.410,60	58.178.895,68	132.681.735,46

16. Operações de compartilhamento da gestão de riscos (RN ANS Nº 430/2017)

A **Unimed do Ceará – Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.**, conforme requerido pela Resolução Normativa RN Nº 430, de 7 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos decorrente do atendimento de beneficiários de planos de saúde por meio de intercâmbio operacional, convênio de reciprocidade ou outra forma de ajuste, envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. Os valores referentes ao exercício de 2018 foram integralmente registrados no mês de dezembro e foram contabilizados conforme relatórios extraídos das movimentações dos arquivos eletrônicos, relativos às transações de intercâmbio. Esse arquivos possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual entre a Unimed Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional. A contabilização dos custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como "Eventos Indenizáveis – grupo 4111 do planos de contas padrão da ANS. As faturas emitidas são contabilizadas como "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde – grupo 311112 do plano de contas da ANS.

Publicação das Demonstrações Financeiras em conjunto com Relatório de Auditores Independentes e Relatório da Administração, conforme RN Nº 435/2018 ANS, Anexos - Capítulo I – Normas Gerais - Item 6.3



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores Administradores da

Unimed do Ceará – Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.

Fortaleza – CE.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Unimed do Ceará – Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Unimed do Ceará – Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da administração." Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o referido relatório, assim como não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Não temos nada a declarar a esse respeito.

Publicação das Demonstrações Financeiras em conjunto com Relatório de Auditores Independentes e Relatório da Administração, conforme RN Nº 435/2018 ANS, Anexos - Capítulo I – Normas Gerais - Item 6.3

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas por base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamentos sempre mantendo absoluta cautela profissional no decorrer da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das divulgações das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, atentando sempre para as evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco da auditoria não detectar distorção relevante causada por fraude é maior do que proveniente de erro, considerando que a fraude pode resultar do ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes, objetivando planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

Publicação das Demonstrações Financeiras em conjunto com Relatório de Auditores Independentes e Relatório da Administração, conforme RN Nº 435/2018 ANS, Anexos - Capítulo I – Normas Gerais - Item 6.3

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas e utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, se existe incertezas significativas relacionadas a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvidas significativas relacionadas à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que não existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 12 de fevereiro de 2019.

Gama & Cia. Auditores Independentes - CRC-CE N° 227
Manoel Delmar da Gama - Contador CRC-RS N° 028449/O-6-T-CE
Antônio Roberto Alves de Melo - Contador - CRC-CE N° 11.939
Arianny Moura Chaves - Atuária - MIBA N° 1284

Dr. Darival Bringel de Olinda - Diretor Presidente